

Resumos do VI CBA e II CLAA

abriga no seu entorno cerca de 17% dos remanescentes da mata atlântica de Minas Gerais, fundamental para a conservação da biodiversidade e proteção dos recursos hídricos, que alimentam as bacias do Rio Doce e do Rio Paraíba do Sul (MINAS GERAIS, 2009).

O Parque e seu entorno tem nove municípios com características ambientais, sócio-culturais e econômicas similares, o que motivou a criação do Território da Serra do Brigadeiro servindo como oportunidade para se discutir e elaborar o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Serra do Brigadeiro, onde prevalece a agricultura familiar (CTA-ZM, 2009).

No entanto, a agricultura familiar enfrenta vários desafios devido ao aumento do uso de agrotóxicos associado à degradação dos recursos naturais. O Território tem 56.000 hectares sendo quase 50% ocupado por pastagem degradada, e boa parte ocupada pela lavoura de café.

Recentemente a ameaça da mineração de bauxita na região, e em especial, no Município de Rosário da Limeira, traz preocupações para as comunidades que podem ser impactadas pela exploração da bauxita.

Para enfrentar esta ameaça, o Município de Rosário da Limeira, com área de 11.000 hectares, criou duas Áreas de Proteção Ambiental (APA), sendo, objeto deste estudo a APA da Serra das Aranhas criada através da Lei Nº 125/2005, com 3.632,5 hectares, e também com a finalidade de arrecadar o ICMS Ecológico para o Município

A APA da Serra das Aranhas tem um zoneamento ecológico econômico em três categorias incluindo áreas de preservação e conservação da vida silvestre, e de uso agropecuário. Atualmente, o Estado está exigindo um relatório do Fator de Qualidade que demonstre através dos parâmetros e indicadores a qualidade ambiental da APA e a sua gestão.

Neste sentido a Associação Amigos de Iracambi em parceria com o Município, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e EMATER dialoga sobre este processo no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDRS) e aplica os DRPs conjuntamente nas comunidades, a fim de subsidiar a elaboração do zoneamento agroecológico e do plano de manejo com a participação das comunidades para garantir a continuidade e aumento da arrecadação, e, sobretudo, a qualidade de vida e dos recursos naturais da APA da Serra das Aranhas .

Metodologia

Foram realizadas reuniões de planejamento entre os atores locais e seguiram as seguintes fases: (1) mobilização dos atores e dos conselheiros da APA da Serra das Aranhas; (2) apresentação da metodologia do Diagnostico Rural Participativo (DRP) ao CMDRS para subsidiar a elaboração do zoneamento agroecológico e do plano de manejo; (3) capacitação dos atores locais em DRP; (4) realização dos DRP's nas 6 comunidades da APA; (5) elaboração dos relatórios; (6) entrega para os conselheiros socializar na sua comunidade; (7) sistematização dos DRP's; (8) realização de Oficinas para o Zoneamento Agroecológico com os representantes das comunidades; (9) revisão do projeto de lei de criação da APA; (10) elaboração de um documento base da proposta do Zoneamento Agroecológico a partir dos DRPs; (11) Apresentação do Zoneamento Agroecológico no Seminário Municipal para consolidação dos eixos temáticos e ações estratégicas que irão subsidiar a elaboração do Plano de Manejo.

Resultados e discussões

A Associação Amigos de Iracambi responsável pela iniciativa deste processo contou com apoio da Prefeitura, Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), CMDRS e das Comunidades de Santana, São Pedro, São Bartolomeu, Santo Agostinho, Santa Isabel e São Lourenço onde foram

Resumos do VI CBA e II CLAA

realizados os DRPs envolvendo cerca de 100 participantes das comunidades e, aproximadamente, 30 participantes como técnicos, universitários, voluntários, lideranças e gestores municipais.

As principais técnicas utilizadas foram o mapa, a matriz de recursos naturais e econômicos, o diagrama de relação sociais (Venn), e uma outra técnica que o autor desenvolveu para mostrar de uma forma mais simples e clara a importância dada pelas comunidades aos recursos econômicos e aos recursos naturais. Aproveitou-se o resultado da matriz e do mapa para representar a importância destes recursos e os mapas conforme ilustra a figura abaixo.

Conclusões

O zoneamento ecológico econômico apresenta três áreas ou zonas: (1) Zona de Preservação da Vida Silvestre; (2) Zona de Conservação da Vida Silvestre; (3) Zona de Uso Agropecuário. Verificou-se, na revisão do ZEE, que as zonas não são compatíveis com o atual uso e ocupação do solo quando se comparou aos mapas elaborados pelos participantes das comunidades.

O atual zoneamento parece ser mais restritivo com relação à preservação e conservação da vida silvestre e atinge uma comunidade integralmente, no entanto não atende à legislação ambiental de proteção da mata atlântica, principalmente, quando se refere às Áreas de Preservação Permanente que tem na sua maioria a ocupação agropecuária.

• Relações entre os Recursos Naturais e os Recursos Econômicos da comunidade



FIGURA 1. Procura mostrar a importância dos recursos naturais para a geração dos recursos econômicos.

A Lei Municipal da APA deve ser revista e atualizada a partir do Zoneamento Agroecológico Participativo realizado, levando-se em conta as oportunidades que a atual Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 – Lei da Mata Atlântica traz para a agricultura familiar e comunidades tradicionais. Como, por exemplo, a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) através de Sistemas Agroflorestais (SAF).

Como proposta de ação esta sendo discutida a elaboração de um projeto piloto para “Pagamentos por Serviços Ambientais” (PSA). O desenho deste projeto deve levar em conta as experiências bem sucedidas do Município de Extrema que criou o Projeto de Lei Municipal número 2.100/2005 “Cria o Projeto Conservador das Águas, autoriza o executivo a prestar apoio financeiro aos proprietários rurais e dá outras providências.” E a experiência do Município de

Resumos do VI CBA e II CLAA

Montes Claros, do Projeto de Lei Municipal número 3.545, de 12 de abril de 2006, conhecida como Ecocrédito.

Agradecimentos

A Associação Amigos de Iracambi, a Fundação Interamericana (IAF) pelo apoio financeiro, a todos os participantes das instituições parceiras, estagiários e voluntários, e em especial às comunidades envolvidas.

Referências

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema de Unidades de Conservação da Natureza [2009]. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_Nacional_de_Unidades_de_Conservacao_da_Natureza>. Acesso em: 29 mai. 2009.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA - CTA-ZM. Território da Serra do Brigadeiro: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS [2009]. Disponível em: <http://www.iracambi.com/portuguese/serra_territorio.shtml> Acesso em: 29 mai. 2009.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Florestas. *Parque Estadual da Serra do Brigadeiro* [2009]. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/component/content/197?task=view>> Acesso em: mai. 2009.